



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

### SENTENÇA

Processo nº: **0001114-32.2017.8.26.0566 - Controle nº 2016/002211**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Anna Clara Pierasso de Souza**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer promovido por **A.C.P.S.**, representada por sua genitora, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas e não comprovaram o fornecimento da medicação e dos insumos.

A Fazenda Pública do Município de São Carlos ofertou impugnação ao cumprimento de sentença alegando falta de caução, falta de interesse de agir por inadequação da via e, no mérito, sustenta a inexistência de inadimplência e, sim, problemas e entraves burocráticos. Argui ausência de litigância de má-fé, ausência de crime de desobediência, ocorrência do *bis in idem*, afastamento do sequestro de verbas públicas ante a não comprovação da sua excepcionalidade.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo ficou-se inerte.

A autora informou que o fornecimento da medicação foi regularizado quase na sua totalidade, restando apenas o fornecimento de lancetas, requerendo o prazo de trinta dias para a regularização do fornecimento. Decorrido o prazo e intimada para manifestação, a autora silenciou-se.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo interveio nos autos requerendo a extinção do cumprimento de sentença ante a inexistência de pretensão resistida.

É o relatório.

Decido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

A Fazenda Pública do Município de São Carlos informa que houve o fornecimento da medicação e dos insumos requeridos neste cumprimento de sentença. A autora, por sua vez, informa que houve regularização do fornecimento da medicação restando apenas o fornecimento das lancetas. A autora foi novamente intimada para manifestar-se tendo silenciado. Tenho, portanto, que foi regularizado seu fornecimento.

Ante o exposto, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Desnecessária a apreciação dos argumentos constantes nas impugnações apresentadas pelos executados em razão da presente sentença.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento dos medicamentos antes da presente decisão, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios, bem como deixo de impor penas de litigância de má-fé e de determinar a extração de cópias para apuração de crime de desobediência.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 12 de julho de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**